

Análise dos impactos da igualdade de gênero para a queda da desigualdade nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil*

Cristina Ferreira Pedrosa*
Márcio Antônio Salvato*

Palavras-chave: Desigualdade social, gênero, educação

Resumo

A igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, constitui o terceiro dos oito objetivos da Declaração do Milênio, da qual o Brasil também é signatário, estabelecendo metas para a redução dessa desigualdade até o ano de 2015. Estudos recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam queda mais acentuada da desigualdade social no Brasil a partir de 2001, fator este fundamental para a queda da pobreza. Contudo, apesar dos resultados positivos, a disparidade salarial existente entre homens e mulheres ainda é muito significativa, mesmo se controlado pelo fator educacional. De fato, o que se observa é a maior presença de mulheres nos cursos superiores. O presente trabalho propõe estimar a desigualdade dos rendimentos utilizando o índice de Gini, de Theil e de Atkinson, decompondo para gênero, raça e nível de escolaridade, a fim de analisar e comparar como essas variáveis contribuem para o nível de desigualdade nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Para tanto, foram utilizadas informações da PNAD-IBGE do período de 2002 a 2006, que corresponde ao período de queda mais acentuada da desigualdade. Como principais resultados da análise do período destacam-se: menor taxa de analfabetismo feminino, aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, além da queda da desigualdade de remuneração em relação ao homem e menores taxas de desigualdade social. Além disso, também houve queda da disparidade salarial entre os níveis de escolaridade zero, primário e secundário, resultado decorrente de uma maior universalização do ensino.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

* PUC-MINAS

♦ PUC-MINAS e IBMEC Minas

Análise dos impactos da igualdade de gênero para a queda da desigualdade nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil *

Cristina Ferreira Pedrosa *
Márcio Antônio Salvato ♦

1 Introdução

A desigualdade de renda é um dos grandes problemas vivenciados pelos Brasil durante muitos anos. Infelizmente o país é reconhecido mundialmente por suas altas taxas de desigualdade, caracterizado por uma distribuição muito injusta: poucos com grande parte da riqueza e muitos com pouco. Além disso, o mercado de trabalho no Brasil também é marcado pelo diferencial existente entre homens e mulheres e também entre indivíduos de raças diferentes.

Nas últimas décadas, os índices de desigualdade no país se mantiveram estáveis. Este fato pirou a situação de grande parte da população brasileira, e confirmou cada vez mais o país como um dos mais desiguais do mundo. Porém, nos últimos 6 anos o Brasil passou a presenciar as maiores quedas crescentes e constantes dos últimos 30 anos no grau de desigualdade de renda, diminuindo a distância entre pobres e ricos. Além de também contribuir para a igualdade dos sexos e uma maior autonomia das mulheres.

Existem atualmente vários estudos sobre essa queda e quais os seus impactos para a sociedade brasileira. BARROS *et alli* (2007), BARROS e MENDONÇA (1995), SOARES (2006), HOFFMANN (1995), ROCHA (2006), HENRIQUE (2000), RAMOS (2006) IPEA (2006), dentre outros, estudam a evolução dessa desigualdade e da pobreza no Brasil, juntamente com seus principais determinantes, destacando aspectos discriminatórios (de gênero ou raça), retorno da educação sobre os rendimentos, experiência, dentre outros.

Com respeito à desigualdade proporcionada pelo diferencial de rendimento entre homens e mulheres a promulgação da Constituição de 1988 proporcionou, pelo menos sob o aspecto legislativo, maiores condições para reduzir esse diferencial ao expandir os direitos das mulheres, além de assegurar às mulheres os direitos na saúde, educação. Essa Constituição também afirma que “*homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*” (art. 5º, I). Nessa mesma direção, em 2000, o Brasil se tornou signatário da “Declaração do Milênio”, pela qual os países se comprometem a monitorar e cumprir 08 objetivos de desenvolvimento, sendo que o terceiro objetivo diz respeito à igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

A proposta deste trabalho é analisar a desigualdade de renda do Brasil nos últimos anos, utilizando alguns índices que possam mensurá-la, como por exemplo, o índice de Gini, o índice de Theil e o índice de Atkinson, a fim de analisar e comparar como estes índices se comportam para subgrupos da população e contribuem para o nível de desigualdade nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Para tanto, foram utilizadas informações da PNAD-IBGE do período de 2002 a 2006, que corresponde ao período de queda mais acentuada da desigualdade.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

* PUC Minas

♦ PUC Minas e IBMEC Minas

Como principais resultados da análise do período destacam-se: *i*) menor taxa de analfabetismo feminino; *ii*) aumento da participação da mulher no mercado de trabalho; *iii*) queda da desigualdade de remuneração em relação ao homem e menores taxas de desigualdade social; *iv*) queda da disparidade salarial entre os níveis de escolaridade zero, primário e secundário, resultado decorrente de uma maior universalização do ensino.

Além dessa introdução, esse trabalho segue em 3 seções e uma conclusão final. Na segunda seção é mostrada a estrutura teórica e os aspectos que sinalizam a queda da desigualdade de renda e também a relação dessa queda com a menor desigualdade entre indivíduos de gênero diferentes. Na terceira seção apresenta-se a metodologia utilizada. Na quarta estão apresentados os resultados do método utilizado. Na última seção estão sumarizadas as principais conclusões.

2 DESIGUALDADE DE RENDA E GÊNERO NO BRASIL

A desigualdade de renda é um dos grandes problemas vivenciados pelos Brasil durante muitos anos. Infelizmente o país é reconhecido mundialmente por suas altas taxas de desigualdade, caracterizado por uma distribuição muito injusta: poucos com grande parte da riqueza e muitos com pouco. Além disso, os elevados níveis de pobreza são consequência da insuficiência de renda para uma parcela da sociedade. A distribuição de renda brasileira é altamente assimétrica à direita, com uma moda muito baixa e média mais elevada influenciada pela cauda à direita. Exatamente por causa desse formato, apresenta altos valores para momentos de segunda ordem, que medem a desigualdade de renda.

Nas últimas décadas, os índices de desigualdade no país se mantiveram estáveis, confirmando o país como um dos mais desiguais do mundo. Porém, nos últimos 6 anos o Brasil passou a presenciar quedas nas medidas de desigualdade de renda, reduzindo a concentração mesma. Este fenômeno delineou taxas de crescimento da renda per capita das famílias mais pobres acima daquelas vivenciadas pelas famílias mais abastadas. Enquanto a cauda a esquerda da distribuição de renda de per capita apresentou taxas de crescimento, na média 2002 a 2006, acima de 7%, a cauda a direita ficou estagnada, ou mesmo com um pequeno recuo. Esse fato gerou um diferencial de percepção na população brasileira quanto à taxa de crescimento vivenciada por grupos distintos, o que teve repercussão nas eleições presidenciais de 2006 [ver IPEA (2006)].

Em setembro de 2000 foi aprovada pelas Nações Unidas a *Declaração do Milênio*¹, com oito macro-objetivos a serem atingidos pelos países-membros da ONU até o ano de 2015. De acordo com esses objetivos, pretende-se durante o período de 25 anos (1990 a 2015), reduzir pela metade a proporção da população com renda abaixo a um dólar em paridade do poder de compra (PPC) por dia² e a proporção da população que sofre de fome. A igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres constitui a terceira meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), aproximadamente 67% dos analfabetos do mundo são mulheres.

De acordo com FALÚ (2006), a preocupação sobre a questão da desigualdade de gênero no Brasil é recente, com início a partir dos anos 70. A mulher brasileira, hoje em dia, tem maior nível educacional do que os homens, além disso, já desempenham profissões de grande importância, essas que eram consideradas impossíveis até então, além de também

¹ Ver <http://www.nospodemos.org.br/igualdade.htm>

² Linha de extrema pobreza. No Brasil costuma-se usar uma linha de pobreza de ½ salário mínimo e para extrema pobreza de ¼ do salário mínimo.

ocuparam cargos de chefia, diretoria, ainda em menor proporção. As mulheres no mercado de trabalho que eram, na maioria das vezes, '*jovens, solteiras e sem filhos*', hoje em dia apresentam um perfil diferenciado: '*mais velha, casadas e mães*' [ver FALÚ (2006)].

Os avanços em relação aos direitos das brasileiras devem ser atribuídos, principalmente ao '*movimento das mulheres*' e também, a promulgação da Constituição de 1988, que proporcionou maior igualdade entre os seres, apontando avanços importantes no papel do Estado para a sociedade brasileira. PITANGUY, BARSTED, MIRANDA (2006) corroboram com essas idéias afirmando que a Constituição de 1988 é um '*marco político-institucional e jurídico*', possibilitando a igualdade entre homens e mulheres, além de assegurar "*os direitos das mulheres nos campos: da saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva; da segurança*" (PITANGUY, BARSTED, MIRANDA, 2006, p.12)

Apesar dos progressos, a desigualdade salarial entre homens e mulheres ainda é muito significativa. Apesar das brasileiras apresentarem maior nível educacional em relação aos homens, aquelas ainda são remuneradas de forma diferenciada. Porém, não só entre os homens acontece essa desigualdade salarial, pode-se observar a variação de rendimentos entre as mulheres brancas, negras e indígenas.

Avaliando aspectos da distribuição de renda, vários autores destacaram a péssima distribuição que ocorre no Brasil. SOARES (2006), utilizando dados divulgados da PNAD³, afirma que apesar da desigualdade de renda no país ser considerada como uma das mais altas do mundo está apresentando tendência de queda nos anos recentes. Partindo dessa observação, SOARES (2006) apontou o tamanho dessa queda, os seus determinantes e se esses fatores serão sustentáveis no longo prazo.

Para SOARES (2006) são dois os principais causadores da queda da desigualdade: as políticas sociais de transferência de renda e o mercado de trabalho, ou melhor, a desconcentração dos rendimentos do trabalho, que é responsável por $\frac{3}{4}$ da queda do coeficiente de Gini⁴. Ao citar os programas de transferência de renda, o autor analisa os impactos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Programa Bolsa Família e das aposentadorias rurais. O salário mínimo é anexado aos programas BPC e aposentadorias rurais, assim o aumento vivenciado nos últimos anos elevou a renda dos idosos e de suas famílias. Em relação ao mercado de trabalho, faz inferências a respeito do aumento de emprego e melhorias na educação, que levou ao acréscimo de produtividade do fator trabalho.

ROCHA (2006), utilizando os resultados da PNAD 2004 faz análise sobre a queda da incidência de pobreza e de indigência do ponto de vista da renda entre os anos de 2003 e 2004. Para a obtenção dos resultados, a autora utilizou 23 linhas de pobreza e 23 linhas de indigência⁵, demonstrando queda do nível de pobreza e indigência em nível nacional, para qualquer que fosse a metodologia utilizada.

ROCHA (2006) compara a evolução da proporção de indigência e pobreza no Brasil em relação ao estrato metropolitano, urbano e rural. Faz também a análise da proporção do número de pobres nas metrópoles brasileiras. A redução da pobreza e do número de indigentes ocorre na maioria das áreas, mas existem algumas metrópoles em que a situação não condiz com esses resultados, como por exemplo, a metrópole de São Paulo, que apresenta piora da pobreza. Os

³ Todas as medidas de desigualdade utilizadas foram obtidas a partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que é coletada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD a cada ano entrevista cerca de 100 mil famílias e constitui a principal fonte de informação sobre concentração de renda no Brasil.

⁴ Índice de desigualdade de renda. Explicações técnicas serão apresentadas no próximo capítulo.

⁵ A metodologia utilizada para a determinação dessas linhas pode ser verificada em Rocha (1997)

resultados positivos prevalecem e assim, a autora define os principais determinantes que favoreceram a queda da pobreza e indigência: aumento do número de empregos; queda da diferenciação de rendimentos entre indivíduos; maior estabilidade dos preços dos alimentos; maior cobertura dos benefícios assistenciais; a política de valorização do salário mínimo e o aumento da cobertura e do valor do benefício dos novos programas de transferência de renda.

BARROS *et alli* (2007) analisa os impactos da queda da desigualdade na redução do grau de pobreza no país. Os autores mostram que existem dois caminhos para reduzir a pobreza: aumento da renda de todos através do crescimento econômico e a redução da desigualdade em que os mais pobres passam a apropriar maior quantidade da renda total. Esse último caminho pode acontecer sem que haja crescimento. Os autores concluem que entre os anos de 2001 a 2005, mesmo com um pequeno crescimento da renda *per capita*, a renda dos mais pobres aumentou e em consequência houve redução na pobreza e extrema pobreza. Segundo BARROS *et alli* (2007, p.12), ‘a renda dos 50% mais pobres cresceu 3,7% a.a., enquanto a renda média dos 50% mais ricos cresceu somente 0,4% a.a.’.

O IPEA (2006) divulgou uma nota técnica analisando a queda da desigualdade de renda entre os anos de 2001 a 2004 (que resultou em significativa queda da pobreza e extrema pobreza no Brasil) identificando também a sua importância e principais determinantes. De acordo com a nota técnica, foram cinco os principais fatores responsáveis pela queda recente da desigualdade:

Fatores demográficos; Transferências de renda: são analisadas através das pensões e aposentadorias públicas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o programa Bolsa-Família; Remuneração de ativos; Acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; Distribuição dos rendimentos do trabalho. (IPEA, 2006, p.4)

O mercado de trabalho é causador e revelador da desigualdade, remunerando os indivíduos de forma diferenciada devido às heterogeneidades existentes entre os trabalhadores, além disso, parte dessa desigualdade é gerada devido às diferenças de gênero, raça e principalmente escolaridade. De acordo com RAMOS (2006), as diferenças no nível de escolaridade estão relacionadas à $\frac{1}{3}$ da desigualdade de rendimentos. A escolaridade média de um brasileiro está em torno de 06 anos de estudo, enquanto para os pobres a idade média é inferior a 3 anos de estudo, (HENRIQUES, 2000). Trabalhadores com maiores níveis de escolaridade e experiência recebem maiores remunerações. De acordo com BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2001), no Brasil, o aumento de um ano a mais na escolaridade média aumentaria em torno de 20% a taxa de crescimento da renda *per capita*.

É possível aumentar a escolaridade média dos mais pobres oferecendo a eles oportunidades de acesso à educação, diminuindo, de acordo com o IPEA (2006, p.9), ‘a desigualdade educacional da força de trabalho e, a desigualdade de rendimentos do trabalho’. Para que a educação contribua para a queda da desigualdade de renda *per capita*, é importante além do aumento no nível de escolaridade, que haja também, queda na remuneração decorrente do nível educacional, o que acontece quando o perfil da distribuição de educação é modificado. De acordo com o IPEA (2006, p.6), “a força de trabalho tornou-se mais homogênea, implicando na queda de 10% da desigualdade de renda do trabalho e em torno de 5% da queda da desigualdade de renda familiar *per capita*”.

Assim, percebe-se que a escolaridade tem papel fundamental para explicar a desigualdade de rendimentos, porém com retorno mais no médio e longo prazo, quando a geração mais educada modifica o perfil da mão-de-obra no mercado de trabalho. É necessário garantir que as crianças tenham maior acesso à educação e aumentar o tempo de permanência na escola com menores taxas de defasagem. Claro que uma ampliação rápida do sistema educacional produz um efeito indesejado que redução da qualidade que não pode ser

desprezado. Logo, o segundo passo, após a expansão em massa do acesso a educação é preocupar com qualidade do serviço, principalmente para as camadas mais pobres da população, de modo a lhes garantirem uma maior probabilidade de mobilidade social. O aumento da escolarização possibilita aos indivíduos chegarem ao mercado de trabalho mais aptos e qualificados, amenizando as desigualdades de remuneração e conseqüentemente, a desigualdade de renda.

3 DESIGUALDADE DE RENDA E GÊNERO NO BRASIL – Metodologia

Nessa seção será apresentada a metodologia utilizada para mensurar o tamanho e a evolução da desigualdade no país, para tanto, será feita uma análise e interpretação, assim como construção de gráficos relacionados às três principais medidas de desigualdade: o índice de Gini, o índice de Theil e o índice de Atkinson, decompondo esses para subgrupos de gênero, raça e nível de escolaridade, a fim de analisar e comparar como essas variáveis contribuem para o nível de desigualdade nas regiões Nordeste e Sudeste do país.

Para PRATES e WAYJNMAN (1996) um bom indicador de desigualdade deve seguir alguns requisitos, como por exemplo, deve ser insensível às mudanças de escala ou transferências proporcionais e às mudanças no tamanho da população, satisfazer a condição de Pigou-Dalton, e apresentar sensibilidade maior a transferências entre pessoas mais pobres. Neste trabalho, todos os três índices atendem a essa condição.

De acordo com HOFFMANN (1998), as condições de Pigou-Dalton se referem à transferência regressiva e progressiva da renda, ou seja:

Uma transferência regressiva sempre aumenta a diferença entre as rendas das duas pessoas envolvidas. Já uma transferência progressiva sempre diminui a diferença entre as rendas das duas pessoas envolvidas. (HOFFMANN, 1998, p.60)

Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos de uma amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2002 a 2006. Para o cálculo⁶ do salário relativo, foi considerado o número de horas trabalhadas por um indivíduo durante a semana, logo o salário relativo equivale à renda de um indivíduo que trabalha 40 horas semanais. Foram considerados indivíduos segundo sua UF e regiões brasileiras, segundo suas características individuais:

- Raça: variável que tem valor unitário (1) para indivíduos de raça branca e zero (0) para indivíduos não brancos;
- Gênero: variável que tem valor unitário (1) para homens e zero (0) para as mulheres;
- Nível educacional: são considerados por grupos: escolaridade zero (nenhum ano de estudo, ou o indivíduo não completou o primeiro ano de estudo); escolaridade primária (1 a 4 anos completos de estudo); escolaridade ginásio (5 a 8 anos completos de estudo); escolaridade secundária (09 a 11 anos completos de estudo); e escolaridade superior (acima de 11 anos de estudo). Se um indivíduo tem 6 anos completos de estudo ele se encaixa no grupo escolaridade secundária, se outro indivíduo estiver cursando o seu 5º ano de estudo, o seu nível educacional é primário, pois esse indivíduo possui 4 anos completos de estudo.

⁶ Todos os cálculos foram feitos através de um programa estatístico, o STATA.

3.1 Decomposição do índice de Gini

Utilizado para mensurar o grau de distribuição e concentração de renda dos países, o índice de Gini, cuja abreviação é dotada por (G), tem associação direta com a curva de Lorenz. Quanto mais próxima for à curva de Lorenz⁷ da reta de perfeita igualdade, menor será o índice de Gini e vice-versa. Assim, quanto maior o coeficiente de Gini, maior será a concentração de renda (MATOS, 2005).

O seu valor apresenta uma variação numérica $0 \leq G \leq 1$, apresentando duas situações discrepantes quando G aproxima-se de zero ou de um. De acordo com HOFFMANN (1998), o máximo de desigualdade ocorre quando uma única pessoa se apropria de toda a renda e as demais não recebem nada, neste caso, $G=1$. O contrário acontece quando o índice de Gini é igual a zero, ou seja, a área de concentração é nula e temos perfeita igualdade com a curva de Lorenz sobre a curva de perfeita igualdade.

De acordo com HOFFMANN (1998),

$$G = G_e + \sum_{h=1}^k \pi_h Y_h G_h \quad (3.1)$$

em que G é o índice para toda a população, G_e é o índice de Gini da desigualdade entre grupos, G_h é o índice de Gini da distribuição dentro do h -ésimo estrato, $\pi_h = \frac{n_h}{N}$ é a proporção da população no grupo h , e $Y_h = \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi}$ é a proporção da renda total adquirida pelo h -ésimo grupo, com $h=1,2,\dots,k$.

Admita-se uma população N dividida em k grupos, de acordo com Hoffmann (1998), o índice de Gini *entre* grupos é conhecido por

$$G_e = 1 - \sum_h (\Phi_h + \Phi_{h-1}) \pi_h \quad (3.2)$$

em que $\Phi_0=0$ e $\Phi_h = \frac{1}{\mu} \sum_{j=1}^h \mu_j \pi_j$ para $h=1,2,\dots,k$ e o índice de Gini *dentro* do h -ésimo grupo é

$$G_h = 1 - \frac{1}{n_h} \sum_i (\Phi_{hi} + \Phi_{h,i-1}) \quad (3.3)$$

Para uma dada população dividida em k grupos, conclui-se que

$$G = G_e + \sum_h \pi_h Y_h G_h + G_s \quad (3.4)$$

G_s é o componente associado à superposição entre grupos, ou seja, que a renda de qualquer pessoa do h -ésimo grupo é menor que a de qualquer pessoa do grupo anterior e maior do que a de qualquer pessoa do grupo posterior. (Hoffmann, 1998)

No caso de não haver desigualdade dentro dos grupos, então $G_h=0$, e também $G_s=0$, pois as médias de renda por grupo estarão ordenadas e, portanto, $G=G_e$.

⁷ A Curva de Lorenz, segundo Hoffmann (1998), é uma construção simples que indica quanto cada fração da população detém da renda total. Essa curva mostra como a proporção acumulada da renda (Φ) cresce com a proporção acumulada da população (p). No caso de perfeita igualdade, qualquer parcela da população teria a mesma parcela da renda, assim, $\Phi = p$ e a “curva” de Lorenz seria o segmento de reta, denominada “linha de perfeita igualdade.” A área delimitada entre a reta de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é chamada “área de desigualdade” ou “área de concentração” de renda

3.2 Decomposição do índice T de Theil

De acordo com o IPEA-FJP (1998), as medidas de desigualdade de Theil originam-se da noção de entropia da teoria de informação⁸, verifica-se que se $T=0$ há perfeita igualdade e, $T= \ln(n)$ máxima desigualdade, ou seja, quando somente um indivíduo recebe toda a renda. A sua principal vantagem em relação ao índice de Gini é o fato dele ser mais sensível a modificações na cauda superior da distribuição de renda, logo, é mais sensível às variações nas rendas mais altas, por exemplo, se na amostra o indivíduo tiver renda muito maior que a dos outros indivíduos, o valor do índice vai ser elevado, e além disso, pode ser dividido por grupos populacionais.

Outra grande vantagem da medida de desigualdade de Theil é a possibilidade de decompor o valor da medida das rendas individuais em medidas intergrupos e intragrupos. A medida intragrupos relaciona à medida que é resultante das diferenças de rendimentos entre os indivíduos classificados em um mesmo grupo e a medida intergrupos caracteriza-se pela diferença entre os rendimentos dos grupos. (MATOS, 2005)

HOFFMANN (1998) exemplifica a decomposição do índice de T de Theil supondo uma população dividida em k grupos, sendo n_h ($h=1, \dots, k$) o número de indivíduos no h -ésimo grupo e seja y_{hi} ($h=1, \dots, k; i=1, \dots, n_h$) a renda do i -ésimo elemento do h -ésimo grupo, assim esse índice pode ser decomposto pela seguinte fórmula:

$$T = T_e + \sum_{h=1}^k Y_h T_h, \text{ sendo} \quad (3.5)$$

$$T_e = \sum_{h=1}^k Y_h \cdot \log \frac{Y_h}{\pi_h} \quad (3.6)$$

$$T_h = \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \cdot \log n_h \frac{y_{hi}}{Y_h} \quad (3.7)$$

De acordo com MATOS (2005), T_e é o índice de Theil relacionado à diferença de rendimento entre os grupos; T_h o índice de desigualdade de Theil dentro do grupo h ; k é o número de grupos separados da população, $\pi_h = \frac{n_h}{N}$ é a proporção da população no grupo h ; a proporção da renda total adquirida pelo h -ésimo grupo, com $h=1, 2, \dots, k$ é representada por $Y_h = \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi}$; o número total de indivíduos n_h ; e por fim, y_{hi} representa a proporção de renda total recebida pelo indivíduo i do grupo h .

O índice L de Theil, assim como o T de Theil, também pode ser decomposto. Sendo,

$$L = L_e + \sum_{h=1}^k \pi_h L_h \quad (3.8)$$

em que

$$L_e = \sum_{h=1}^k \pi_h \log \frac{\pi_h}{Y_h} \quad (3.9)$$

$$L_h = \frac{1}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} \log \frac{Y_h}{n_h y_{hi}} \quad (3.10)$$

⁸ Para mais informações ver Romão (1993)

Conforme MATOS (2005) L_e é a parcela resultante das diferenças de rendimentos entre os grupos e L_h é o valor para o índice L de Theil no grupo h .

3.3 Índice de Atkinson

De acordo com HOFFMANN (1998), a medida de desigualdade de Atkinson (A) é definida por:

$$A = 1 - \frac{x_*}{\mu} \quad (3.11)$$

Em que μ é a média empírica dos rendimentos e x_* é o nível de renda equivalente para uma distribuição igualitária, ou seja, o valor da renda que cada um deveria receber para, com todos recebendo renda igual, o nível de bem estar social será equivalente ao da distribuição observada.

O índice de Atkinson é uma medida de desigualdade associado ao nível de bem estar social de uma população. A sensibilidade do índice a diferentes distribuições de desigualdade depende do parâmetro de “aversão à desigualdade” (HOFFMANN, 1998), dado por ε . Assim, quanto maior for o seu valor, maior o peso atribuído ao segmento da distribuição correspondente aos rendimentos mais baixos e para $\varepsilon=0$, mostra que existe indiferença em relação à desigualdade (HOFFMANN, 1998). Este índice é particularmente sensível a modificações na causa inferior da distribuição, ou seja, maior importância aos indivíduos mais pobres da amostra.

A equação final para o índice de Atkinson:

$$A(\varepsilon) = 1 - \left[\frac{1}{\eta} \sum_{i=1}^n \left(\frac{x_i}{\mu} \right)^{1-\varepsilon} \right]^{\frac{1}{1-\varepsilon}} \quad (3.12)$$

4 RESULTADOS

Os dados utilizados foram extraídos da PNAD para os anos de 2002 a 2006, a população do estudo está na faixa etária de 15 a 65 anos, além disso, foi considerado o número de horas trabalhadas por um indivíduo durante a semana, logo o salário relativo equivale à renda de um indivíduo que trabalha 40 horas semanais. Foram ponderados indivíduos segundo sua UF – Nordeste e Sudeste – e para o Brasil.

A queda na desigualdade nos anos recentes pode ser observada na tabela 1. De 2002 a 2006, a desigualdade da distribuição do salário relativo do Brasil, medida pelo índice de Gini, observou uma queda de 6,95%, também seguida por queda nas regiões Nordeste e Sudeste. Porém, apesar da queda, o nordeste ainda sofre com maiores taxas de desigualdade de renda e também apresentou a menor queda. Durante o período analisado, o índice de Gini da região nordeste reduziu 4,52% frente à queda de 6,47% da região sudeste.

Ao analisar os resultados para o índice Theil-T, é importante levar em consideração a sua sensibilidade a variações nas rendas mais altas, desta forma, é esperado que os valores sejam mais altos. De acordo com a tabela abaixo, ocorreu queda de 10,78% da desigualdade dos rendimentos medida pelo índice Theil-T no Brasil. A maior sensibilidade do Theil-T revela que os grandes problemas da desigualdade de rendimentos encontram-se na grande concentração de renda existente na cauda superior da distribuição, ou seja, pelos mais ricos. Através desse índice, também se comprova a grande desigualdade existente entre as regiões

analisadas, enquanto que no Sudeste a disparidade salarial cai em 13,40% no Nordeste essa queda é de 7,46%, média menor do que a brasileira.

O índice de Atkinson é uma medida de desigualdade associado ao nível de bem estar social de uma população. Da mesma forma que os demais índices apresentados, quanto maior o seu valor mais injusto e desigual deve ser a sociedade. Este índice é particularmente sensível a modificações na cauda inferior da distribuição, ou seja, maior importância aos indivíduos mais pobres da amostra. Desta forma, conforme os dados da tabela 1, o índice de Atkinson apresentou queda de 11,19% no grau de concentração dos rendimentos no Brasil, resultado mais favorável quando analisado, por exemplo, pelo coeficiente de Gini.

Considerando que o índice de Atkinson tem sensibilidade a cauda inferior da distribuição, se pode concluir que houve queda da desigualdade dos rendimentos entre os mais pobres no país. A região Sudeste apresentou percentual de queda maior do que a média brasileira, 11,53%, enquanto que, na região Nordeste, apesar de diminuir a disparidade salarial, teve média muito baixa quando comparado com o Sudeste e com o Brasil, 1,56%, confirmando assim como a região mais desigual e pobre do Brasil. Esse dado também pode ser afirmado ao analisar a tabela para todos os índices: a região Nordeste apesar de significativas quedas no índice de, ainda apresenta o maior grau de desigualdade para todos os índices observados, concluindo que nessa região a diferenciação salarial ainda é muito significativa.

TABELA 1
Índice de Gini, T de Theil e Atkinson - Salário Relativo - Brasil, NE e SE – 2002 a 2005 – (%)

Região	Componente	Ano				
		2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	Gini	0,561	0,568	0,554	0,548	0,522
	T de Theil	0,640	0,619	0,612	0,610	0,571
	Atkinson	0,429	0,438	0,421	0,413	0,381
Nordeste	Gini	0,575	0,566	0,573	0,565	0,549
	T de Theil	0,751	0,736	0,797	0,760	0,695
	Atkinson	0,449	0,441	0,449	0,442	0,422
Sudeste	Gini	0,541	0,557	0,535	0,531	0,506
	T de Theil	0,612	0,762	0,679	0,633	0,530
	Atkinson	0,399	0,419	0,390	0,385	0,353

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

4.1 Análise através do índice de Gini

Outra variável importante de ser analisada e tema central desse trabalho é a desigualdade de renda existente entre gênero e raça. Os resultados apresentados na tabela 2 mostram que o grau de concentração da renda no trabalho no país caiu durante o período analisado para todas as variáveis observadas. Porém, ao analisar as duas regiões brasileiras, percebe-se que o resultado não é o mesmo obtido pela média brasileira. A região Nordeste, apesar da queda do índice de Gini, ainda apresenta os maiores graus de desigualdade salarial para os subgrupos.

Interessante observar que na região Nordeste não houve uma queda significativa na variável “homem não branco”, além disso, há uma grande dispersão salarial entre os indivíduos de raça branca, principalmente entre os homens. Outro grande problema vivenciado pelo país em relação à desigualdade de rendimentos é diferença existente entre mulheres brancas e não brancas. No Brasil, a disparidade salarial entre homens é maior que entre mulheres, seja para

brancos quanto para não brancos. Contudo, observou-se no período de 2002 a 2006 uma maior queda na disparidade salarial para mulheres do para homens, principalmente para mulheres brancas, que reduziu o índice de gini em 12,41%. Essa maior redução para as mulheres brancas gerou uma mudança de posição com os homens não brancos: em 2002 as mulheres brancas eram mais desiguais que os homens não brancos, invertendo a posição em 2006.

A maior redução da desigualdade entre mulheres também é observada nas regiões Nordeste e Sudeste. Contudo, chama a atenção o aumento da desigualdade entre os homens não brancos, principalmente na região Nordeste, que aumenta o índice de gini em 11,49%. Apesar disso, a região Nordeste apresenta indicadores de desigualdade para subgrupos de raça e gênero bem superiores ao da região Sudeste.

TABELA 2
Índice de Gini do salário relativo para Raça e Gênero – Brasil, NE e SE – 2002 a 2006

Brasil, Região e Variável	Anos					Variação % (2002-2006)
	2002	2003	2004	2005	2006	
Brasil						
Homem Branco	0,570	0,582	0,569	0,561	0,538	-5,61
Mulher Branca	0,540	0,544	0,526	0,532	0,473	-12,41
Homem Não Branco	0,517	0,515	0,511	0,506	0,507	-1,93
Mulher não Branca	0,492	0,500	0,495	0,491	0,446	-9,35
Nordeste						
Homem Branco	0,634	0,630	0,640	0,615	0,605	-4,57
Mulher Branca	0,595	0,574	0,593	0,583	0,506	-14,96
Homem Não Branco	0,531	0,526	0,525	0,528	0,592	11,49
Mulher não Branca	0,520	0,517	0,531	0,527	0,491	-5,58
Sudeste						
Homem Branco	0,553	0,574	0,553	0,549	0,527	-4,70
Mulher Branca	0,533	0,546	0,514	0,528	0,432	-18,95
Homem Não Branco	0,481	0,485	0,480	0,468	0,501	4,16
Mulher não Branca	0,454	0,471	0,457	0,455	0,395	-13,0

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

O Gráfico 1 apresenta o índice de Gini para os subgrupos de gênero para o Brasil e regiões Nordeste e Sudeste. A queda da desigualdade é mais perceptível a partir de 2004 para os homens, mas muito significativa em 2006 para as mulheres. No Nordeste não se percebe uma queda da desigualdade para os homens e, ao contrário, tem-se um aumento do índice de Gini em 2006. Para as mulheres, a queda da desigualdade em 2006 é também bem evidente nas regiões Nordeste e Sudeste.

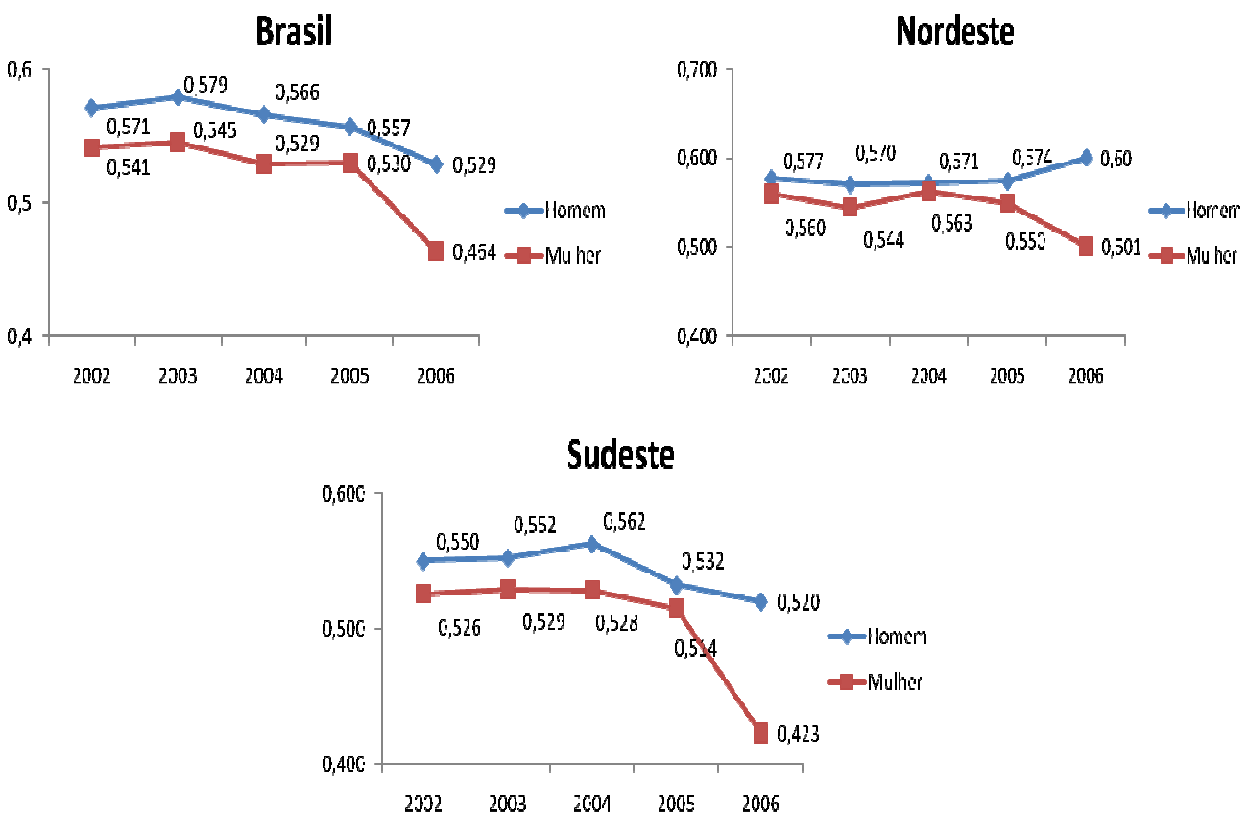


Gráfico 1: Escala do índice de Gini para Homens e Mulheres em relação ao salário relativo – Brasil, NE e SE
 Fonte: Construção dos autores; PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 – IBGE

É importante também mostrar o papel da escolaridade na distribuição dos rendimentos e como um ano a mais no nível de escolaridade pode fazer com que a desigualdade salarial aumente. Veja bem que não estamos falando de retorno da educação para a média de rendimentos, mas da contribuição da escolaridade para explicar o momento de segunda ordem. Ou seja, pretende-se investigar o tamanho da desigualdade de renda por subgrupos de gênero e educação no sentido de entender onde a queda da desigualdade observada entre 2002 e 2006 se deu com maior intensidade.

De acordo com os resultados da tabela 3, no Brasil, durante o período analisado, houve queda da desigualdade salarial de 13,28% para os homens sem escolaridade, valor esse bem próximo quando analisado para as mulheres: 13,10%. Houve tendência de queda para todos os anos de escolaridade durante os 2002 a 2006, porém indivíduos com ensino superior, ou seja, aqueles que possuem acima de 11 anos de escolaridade, a desigualdade salarial reduz apenas 7,20% entre os homens e 12,09% entre as mulheres. Esses valores confirmam uma maior participação das mulheres no ensino superior, porém, infelizmente, isso ainda não é suficiente para garantir melhores empregos e remunerações.

De acordo com RAMOS e VIEIRA (2000):

Em suma, dentre as causas de dispersão salarial investigadas, a heterogeneidade dos trabalhadores, principalmente em termos de escolaridade, é aquela que se sobressai como principal fator responsável pela desigualdade de rendimentos (RAMOS; VIEIRA, 2000, p.165).

Ao analisar a desigualdade salarial através do índice de Gini para a região Nordeste, os resultados foram diferentes. Apesar de também sofrer queda da disparidade salarial, os índices foram significativamente menores que a média brasileira. Para os indivíduos sem escolaridade, a queda foi de apenas 3,45% para os homens e 3,05% para as mulheres. No Sudeste os valores da queda ficaram acima da média: 15,50% e 30,70%, respectivamente. Possivelmente, a explicação deste fato está na maior proximidade de um processo de universalidade do ensino para as mulheres na região Sudeste.

Em relação aos indivíduos com ensino superior, na região Nordeste, para os Homens, a queda foi muito pequena nos últimos anos: 0,41% contra 6,15% na região Sudeste. Esse valor também foi muito baixo para o gênero feminino, 4,8%, enquanto que no Sudeste, os valores foram mais uma vez superiores à média brasileira, 14,78%, concluindo que as mulheres atualmente apresentam maiores níveis de escolaridade, ou seja, de fato o que se observa é a maior presença de mulheres nos cursos superiores.

TABELA 3
Índice de Gini do salário relativo por anos de estudo – Brasil, NE e SE – 2002 a 2006

Anos de Estudo	2002						2006					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE
0	0,429	0,406	0,374	0,420	0,394	0,417	0,372	0,392	0,316	0,365	0,382	0,289
1	0,459	0,521	0,428	0,408	0,402	0,396	0,504	0,412	0,527	0,367	0,361	0,309
2	0,418	0,472	0,349	0,392	0,402	0,328	0,401	0,393	0,364	0,347	0,350	0,294
3	0,437	0,447	0,412	0,422	0,410	0,413	0,379	0,385	0,333	0,356	0,383	0,306
4	0,463	0,463	0,457	0,413	0,431	0,382	0,408	0,443	0,388	0,370	0,389	0,336
5	0,430	0,455	0,396	0,416	0,439	0,385	0,384	0,427	0,356	0,362	0,410	0,304
6	0,425	0,411	0,413	0,421	0,426	0,357	0,379	0,411	0,345	0,348	0,386	0,310
7	0,417	0,447	0,390	0,420	0,459	0,378	0,440	0,426	0,458	0,377	0,447	0,327
8	0,447	0,471	0,426	0,422	0,463	0,398	0,416	0,464	0,407	0,380	0,415	0,342
9	0,473	0,421	0,479	0,410	0,449	0,390	0,399	0,423	0,403	0,372	0,391	0,351
10	0,444	0,460	0,409	0,448	0,423	0,443	0,402	0,407	0,401	0,359	0,399	0,332
11	0,472	0,488	0,455	0,455	0,458	0,433	0,438	0,490	0,427	0,400	0,436	0,369
12	0,463	0,563	0,449	0,452	0,428	0,479	0,435	0,549	0,416	0,399	0,417	0,387
13	0,453	0,46	0,442	0,422	0,436	0,375	0,436	0,467	0,427	0,397	0,400	0,363
14	0,427	0,439	0,425	0,433	0,484	0,393	0,434	0,445	0,427	0,404	0,414	0,378
15	0,448	0,503	0,438	0,446	0,493	0,413	0,445	0,486	0,435	0,436	0,454	0,426

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD's 2002 e 2006

4.2 Análise através do índice de Theil

A mesma análise que foi realizada utilizando o índice Theil-T a fim de complementar as informações e analisar a queda da desigualdade através de um índice especificamente sensível as variações nas rendas mais altas de uma amostra da população.

O mercado de trabalho, como já citado anteriormente, é grande causador de desigualdades salariais, principalmente quando são analisadas diferenças entre homens e mulheres, brancos e não brancos. O grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos entre gênero e raça nos últimos anos pode ser observado através da tabela 4.

A média de desigualdade brasileira, apesar de ainda permanecer muito alta, teve queda em todas as variáveis observadas, porém, a concentração de rendimentos entre homens de raça branca continua alta. O Nordeste, assim como na análise do índice do Gini, também apresenta

maiores índices de desigualdade para todos os subgrupos da população. No Sudeste, o diferencial ocorre entre as mulheres brancas, o índice de Theil se elevou em 2005, mantendo-se estável em 2006, após uma queda observada entre 2002 e 2004. Para os homens não brancos do Sudeste, depois de uma queda importante entre 2002 e 2003, observou-se um período de aumento constante da desigualdade, chegando em 2006 com um nível de desigualdade superior ao índice de 2002.

Comparando com os resultados para o índice de Gini, percebe-se que para o subgrupo de homens não brancos do Nordeste a análise é diferenciada para o índice de Theil-T: aumento no índice de Gini e redução no índice de Theil-T. Como sabemos que o Theil dá maior peso para movimentos nas caudas da distribuição, pode-se afirmar que a variação positiva no índice de gini foi reflexo de uma maior desigualdade no centro da distribuição, enquanto que a redução do Theil-T reflete menor concentração nas caudas da distribuição.

TABELA 4
Índice de Theil do salário relativo para Raça e Gênero – Brasil, NE e SE – 2002 a 2006

Brasil, Região e Variável	Anos					Variação % (2002-2005)
	2002	2003	2004	2005	2006	
Brasil						
Homem Branco	0,621	0,606	0,600	0,607	0,590	-4,99
Mulher Branca	0,573	0,532	0,526	0,557	0,560	-2,27
Homem Não Branco	0,519	0,485	0,513	0,492	0,466	-10,21
Mulher não Branca	0,489	0,495	0,487	0,453	0,406	-16,97
Nordeste						
Homem Branco	0,833	0,793	0,835	0,795	0,790	-5,14
Mulher Branca	0,772	0,688	0,703	0,734	0,711	-7,90
Homem Não Branco	0,578	0,563	0,586	0,562	0,543	-6,06
Mulher não Branca	0,562	0,548	0,602	0,517	0,496	-11,74
Sudeste						
Homem Branco	0,581	0,571	0,551	0,571	0,557	-4,13
Mulher Branca	0,535	0,504	0,491	0,536	0,537	0,37
Homem Não Branco	0,430	0,403	0,416	0,419	0,445	3,49
Mulher não Branca	0,403	0,421	0,394	0,380	0,369	-8,44

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

Através do gráfico 2 pode-se perceber a queda da desigualdade dos rendimentos medida pelo índice de Theil-T para os subgrupos de gênero. Apesar de essa queda ser maior do que a ocorrida com o índice de Gini, o valor do Theil-T apresenta um maior distanciamento entre as medidas de desigualdade para os homens e mulheres. Além disso, o índice de Theil-T, ao contrário do índice de Gini reforça um aumento da desigualdade entre homens no ano de 2003 e posterior queda de maneira mais marcante.

A desigualdade para homens na região Nordeste, medida pelo Theil-T é muito elevada e estável. Para as mulheres, novamente observamos a queda apenas no ano de 2006. A região Sudeste acompanha o movimento observado para o Brasil.

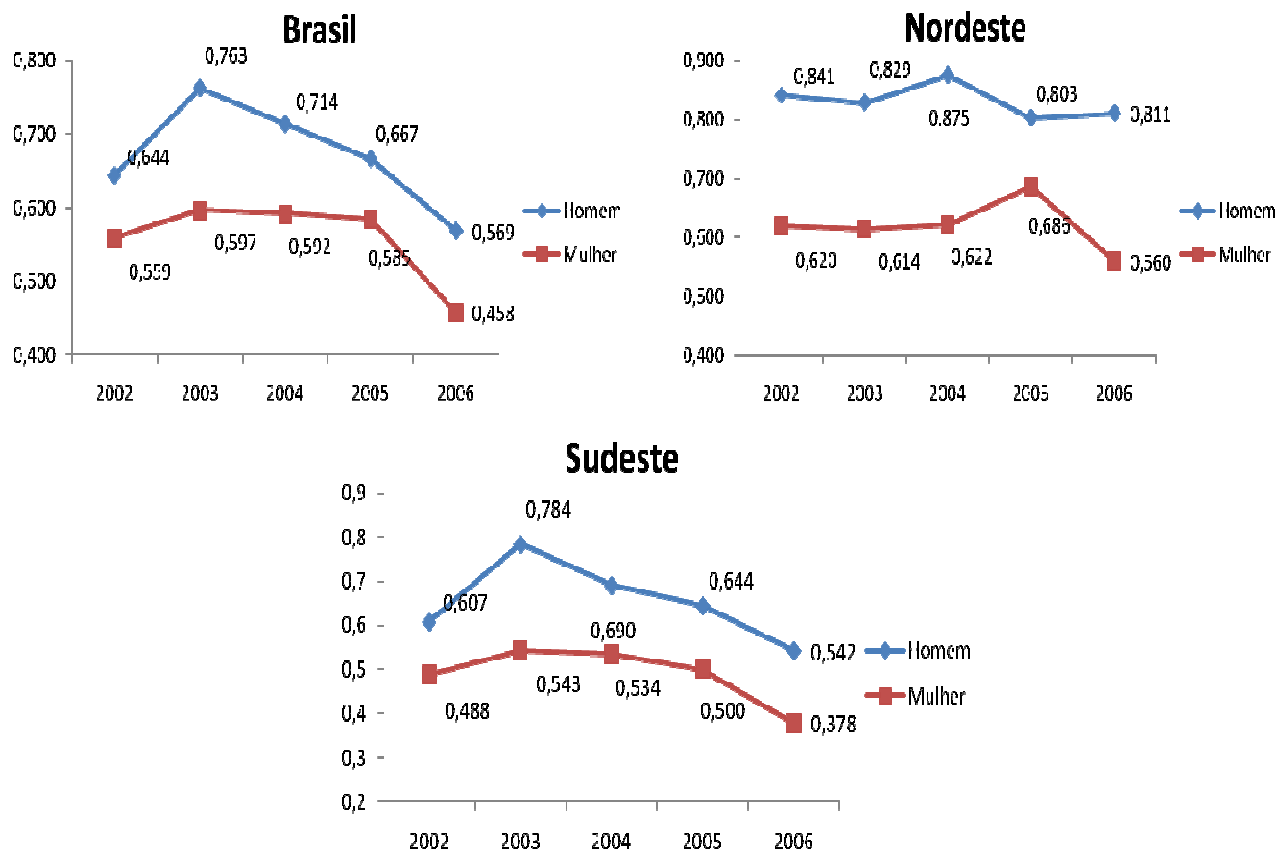


Gráfico 2: Escala do índice de Theil para Homens e Mulheres em relação ao salário relativo – Brasil, NE e SE
 Fonte: Construção dos autores; PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 – IBGE

A próxima variável a ser analisada caracteriza-se como a principal causadora das desigualdades salariais entre os indivíduos. De acordo com LANGONI (1973, p.208), a importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Assim, se espera que a desigualdade aumente de acordo com o nível educacional da população.

Da mesma forma que no índice de Gini, a desigualdade salarial entre os indivíduos com mais de 11 anos de estudo sofreu um aumento entre os anos de 2002 e 2006. A discrepância salarial entre os homens com nível superior, no Brasil é 56,13% maior do que para aqueles que não concluíram 01 ano de escolaridade. Para as mulheres, esse valor é um pouco menor, 34,29%.

Na região Nordeste têm destaque os homens com 12 anos de estudo, o índice de Theil-T é acima de 0,8. Para todos os níveis de escolaridade, a região Sudeste apresentou taxas baixas desse índice em 2006, por exemplo, a desigualdade salarial entre indivíduos com nenhum ano de escolaridade é pequena, abaixo de 0,2. Um ponto importante a ser observado à região Sudeste é a alta desigualdade existente entre homens com somente 1 ano de escolaridade, valor esse que também é consideravelmente alto para a média brasileira, 0,744.

De uma maneira geral, houve universalização do ensino para trabalhadores sem escolaridade ou com primeiro ano incompleto (mesmo para o estado do Nordeste) e para aqueles com ensino primário. De acordo com o IBGE (2002),

Na última década, a frequência escolar melhorou em todas as faixas etárias. A maior proporção de crianças na escola é a do grupo de 7 a 14 anos de idade. Nessa faixa etária, o Brasil se aproxima da cobertura universal, com 94,9% das crianças na escola” (Relatório do IBGE, 2002).

Porém, o acesso ao ensino superior ainda é muito restrito, principalmente para as áreas mais pobres do país.

TABELA 5
Índice de Theil do salário relativo por anos de estudo – Brasil, NE e SE – 2002 a 2006 – (%)

Anos de Estudo	2002						2006					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE
0	0,393	0,312	0,279	0,404	0,305	0,208	0,253	0,291	0,187	0,245	0,279	0,147
1	0,480	0,686	0,418	0,313	0,301	0,299	0,744	0,355	0,852	0,252	0,223	0,180
2	0,349	0,478	0,225	0,318	0,312	0,189	0,359	0,286	0,290	0,223	0,225	0,153
3	0,431	0,391	0,409	0,408	0,354	0,452	0,264	0,261	0,200	0,235	0,257	0,179
4	0,515	0,487	0,524	0,340	0,375	0,298	0,386	0,379	0,348	0,291	0,299	0,260
5	0,392	0,393	0,326	0,347	0,387	0,305	0,304	0,376	0,276	0,273	0,431	0,166
6	0,390	0,321	0,368	0,390	0,348	0,252	0,221	0,329	0,238	0,221	0,282	0,179
7	0,348	0,491	0,276	0,360	0,458	0,280	0,524	0,397	0,641	0,292	0,487	0,202
8	0,434	0,470	0,363	0,434	0,441	0,362	0,391	0,451	0,403	0,391	0,346	0,241
9	0,521	0,346	0,552	0,320	0,401	0,286	0,340	0,349	0,357	0,278	0,313	0,237
10	0,435	0,428	0,334	0,468	0,346	0,536	0,342	0,334	0,357	0,258	0,339	0,220
11	0,464	0,481	0,420	0,440	0,456	0,398	0,395	0,637	0,364	0,329	0,442	0,258
12	0,404	0,693	0,370	0,441	0,321	0,565	0,383	0,802	0,323	0,294	0,328	0,289
13	0,386	0,366	0,369	0,344	0,352	0,269	0,370	0,407	0,348	0,284	0,305	0,229
14	0,342	0,335	0,350	0,320	0,419	0,252	0,341	0,364	0,329	0,290	0,321	0,243
15	0,370	0,487	0,359	0,359	0,462	0,296	0,358	0,449	0,342	0,345	0,385	0,334

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD’s 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

4.3 Análise através do índice de Atkinson

Esse índice mensura a perda de bem estar oriunda da desigualdade de renda. Por exemplo, caso $A = 0,1$, a sociedade poderia obter o mesmo nível de bem-estar social com 90% da renda sendo distribuída igualmente. Neste caso, a sociedade se encontraria em um padrão elevado de bem-estar. Além disso, esse índice é particularmente sensível a modificações na causa inferior da distribuição, ou seja, maior importância aos indivíduos mais pobres da amostra.

Como citado anteriormente, outro fator de grande importância na desigualdade é a diferenciação de remuneração existente entre gênero e raça, fatores fundamentais que contribuem significativamente para o aumento da desigualdade de renda.

De acordo com a tabela 6, no Brasil a diferenciação salarial caiu nos últimos anos quando medida pelo índice de Atkinson, principalmente para mulheres brancas, 18,66%. Porém, apesar da melhora ainda existe grandes disparidades para os indivíduos de raça não branca, principalmente na região Nordeste do Brasil.

Através da tabela também se pode concluir que houve queda da desigualdade dos rendimentos entre os mais pobres no país, principalmente para as mulheres de ambas as raças. No Sudeste, por exemplo, apresentou queda de 30,62% entre as mulheres brancas.

TABELA 6

Índice de Atkinson do salário relativo para Raça e Gênero – Brasil, NE e SE – 2002 a 2006

Brasil, Regiões e Variáveis	Anos					Variação % (2002-2006)
	2002	2003	2004	2005	2006	
Brasil						
Homem Branco	0,439	0,454	0,438	0,427	0,398	-9,34
Mulher Branca	0,402	0,407	0,383	0,390	0,327	-18,66
Homem Não Branco	0,376	0,375	0,369	0,365	0,360	-4,26
Mulher não Branca	0,352	0,364	0,357	0,355	0,304	-13,64
Nordeste						
Homem Branco	0,523	0,52	0,531	0,504	0,488	-6,67
Mulher Branca	0,482	0,461	0,481	0,466	0,371	-23,10
Homem Não Branco	0,394	0,388	0,388	0,397	0,482	22,39
Mulher não Branca	0,391	0,391	0,406	0,404	0,363	-7,26
Sudeste						
Homem Branco	0,413	0,439	0,413	0,405	0,378	-8,51
Mulher Branca	0,390	0,407	0,364	0,381	0,271	-30,62
Homem Não Branco	0,328	0,334	0,328	0,313	0,347	5,86
Mulher não Branca	0,298	0,321	0,304	0,303	0,238	-20,26

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

A tendência de queda na desigualdade é comprovada através do gráfico 3. Tanto no Brasil, quanto na região Sudeste entre 2005 e 2006 aconteceu quedas no índice acima de 6%. A região Nordeste através do índice de Atkinson também confirmou um atraso social, sendo então considerada a região mais desigual e pobre do país. Durante o período analisado, o índice não teve uma queda tão significativa se comparado com a média brasileira e principalmente com o Sudeste.

No Brasil, nos últimos 4 anos (2002-2006), a queda da desigualdade entre os homens e mulheres mais pobres está em torno de 17,52% e 13,04% respectivamente. No Nordeste a realidade difere muito dos valores encontrados para o Brasil, 4,14% e 6,36%, para homens e mulheres respectivamente. E para região Sudeste 9,09% e 17,81%.

Através dos gráficos abaixo se percebe a queda crescente e constante da disparidade salarial de homens e mulheres, principalmente para a camada mais pobre da população. Porém, a região Nordeste, considerada a mais desigual, ainda apresenta valores altos e pequenas variações de queda no índice de Atkinson. Nesse estado a desigualdade dos rendimentos ainda é muito intensa, principalmente nas camadas mais carentes da população. A região Sudeste apresenta um cenário de melhoria, mais para as mulheres, consequência da maior participação dessas no mercado de trabalho e também do maior nível de escolaridade da população no estado.

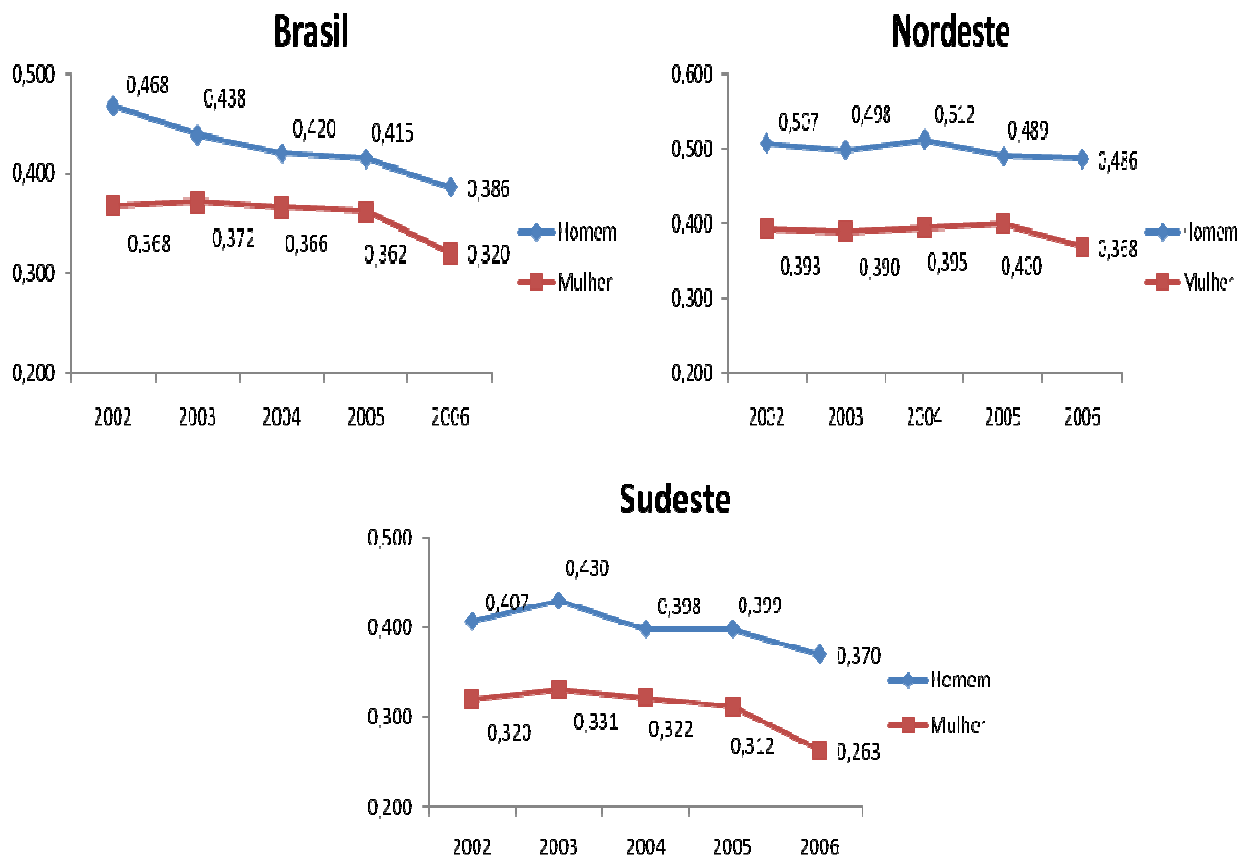


Gráfico 3: Escala do índice de Atkinson para Homens e Mulheres em relação ao salário relativo – Brasil, NE e SE
 Fonte: Construção própria; PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 – IBGE

Comprovado anteriormente através da análise do índice de Gini e do índice de Theil-T, a desigualdade educacional contribui significativamente para a diferenciação salarial entre os indivíduos. Quanto mais heterogênea for a força de trabalho, maior será a desigualdade salarial. Um ano a mais de escolaridade pode aumentar a relação entre remuneração e escolaridade, e conseqüentemente aumentar a desigualdade dos rendimentos.

TABELA 8

Índice de Atkinson do salário relativo por anos de estudo – Brasil, NE e SE – 2002 a 2006

Anos de Estudo	2002						2006					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE	Brasil	NE	SE
0	0,286	0,261	0,217	0,278	0,253	0,268	0,234	0,259	0,172	0,232	0,252	0,144
1	0,317	0,393	0,273	0,262	0,258	0,239	0,377	0,271	0,402	0,222	0,214	0,163
2	0,270	0,335	0,191	0,248	0,261	0,175	0,262	0,264	0,211	0,206	0,213	0,146
3	0,287	0,304	0,255	0,278	0,267	0,267	0,230	0,248	0,178	0,212	0,238	0,157
4	0,314	0,324	0,305	0,263	0,284	0,225	0,258	0,308	0,230	0,224	0,248	0,183
5	0,274	0,306	0,233	0,265	0,292	0,226	0,230	0,284	0,197	0,216	0,273	0,152
6	0,271	0,269	0,254	0,274	0,277	0,205	0,224	0,270	0,184	0,201	0,246	0,158
7	0,263	0,306	0,233	0,268	0,313	0,219	0,295	0,296	0,311	0,231	0,315	0,171
8	0,290	0,321	0,264	0,267	0,312	0,240	0,260	0,318	0,249	0,231	0,275	0,185
9	0,320	0,263	0,329	0,254	0,301	0,228	0,242	0,272	0,242	0,220	0,242	0,198
10	0,284	0,308	0,245	0,293	0,263	0,291	0,240	0,254	0,238	0,206	0,251	0,175
11	0,315	0,334	0,295	0,299	0,307	0,272	0,274	0,343	0,261	0,237	0,281	0,201
12	0,304	0,419	0,290	0,298	0,269	0,333	0,269	0,406	0,248	0,234	0,257	0,225
13	0,292	0,296	0,281	0,261	0,272	0,218	0,272	0,305	0,262	0,227	0,230	0,194
14	0,265	0,273	0,264	0,270	0,322	0,235	0,272	0,282	0,267	0,235	0,245	0,212
15	0,298	0,362	0,285	0,295	0,347	0,257	0,290	0,342	0,280	0,277	0,296	0,266

Fonte: Cálculos dos autores: IBGE – PNAD's 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006

De acordo com a tabela 8, a desigualdade dos rendimentos está aumentando a cada 1 ano a mais de escolaridade. Em 2006, a partir de 11 anos de estudos, tanto para homens e mulheres tende a ser maior. Essa situação também ocorre para as regiões Sudeste e Nordeste do país. Porém, na nessa última região o valor do índice de Atkinson é bem mais elevado do que a média brasileira.

De acordo com BARROS e MENDONÇA (1995):

Em suma, o Brasil não é somente um dos países do mundo com o mais alto grau de desigualdade em educação, mas também é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Estes dois fatores em conjunto levam a que a contribuição da desigualdade educacional para a desigualdade salarial no Brasil seja, também, uma das mais elevadas no mundo. (BARROS E MENDONÇA, 1995, p. 466)

Analisando para os indivíduos sem escolaridade, durante o período observado, no Brasil, para os homens, a desigualdade salarial cai 18,18% e para as mulheres, 16,55%. Enquanto que na região Sudeste esses valores foram de 20,74% e 46,27%, demonstrando então uma significativa queda da taxa de analfabetismo entre as mulheres nesse estado. Infelizmente, a região Nordeste apresenta outro cenário, o valor da queda foi muito baixo 0,77% e 0,40%, respectivamente.

5 CONCLUSÃO

A desigualdade de renda sempre foi um grande problema vivenciado pelo Brasil. Baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE ocorreu recentemente uma queda sensível (2002 a 2006), após grande período de estabilidade em patamares muito elevados. Essa redução foi suficiente para contribuir para a redução da pobreza e extrema pobreza em todas as regiões. Já é comum afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres e basicamente por causa da alta desigualdade. Neste sentido, o problema da densidade de renda brasileira está no seu momento de segunda ordem.

Estudar este fenômeno recente de queda da desigualdade e sua contribuição por subgrupos da população foi o objetivo deste trabalho. Buscou-se verificar as medidas de

desigualdade para subgrupos de gênero, raça (aspecto discriminatório) e educação, que são apontados na literatura como elementos essenciais para explicar o nível médio de rendimentos. Assim, determinantes para os momentos de primeira ordem da densidade de salários foram analisados para explicar os momentos de segunda ordem.

O principal motivo está relacionado à queda das diferenças dos rendimentos entre pobres e ricos e, interligado a esses fatores também se deve apontar a menor diferenciação salarial existente entre homens e mulheres no país.

Utilizando dados das PNAD's entre 2002 e 2006, é possível mensurar a tendência de queda na desigualdade dos rendimentos no país e também redução entre gênero e raça, a partir dos vários índices: coeficiente de Gini, índice de Theil-T e índice de Atkinson. Outro fator importante é a diminuição da desigualdade dentre os indivíduos sem escolaridade, resultado da maior universalização do ensino, que diminui a taxa de analfabetismo no Brasil. Porém, os dados da PNAD ainda mostram que as regiões mais pobres do país melhoram pouco em relação às outras médias nacionais. A região Nordeste continua com os maiores índices de desigualdade, a diferenciação salarial entre gênero e raça ainda é alta.

Observou-se que o coeficiente de desigualdade ainda é grande dentro de cada grupo educacional. Assim, a despeito da grande desigualdade educacional, ainda assim temos uma grande disparidade de renda para pessoas de mesmo nível educacional e gênero, mostrando que o aspecto educacional, embora importante, não esgota em si mesmo a explicação para o grande disparidade de renda no Brasil. O que se espera é que a medida que a disparidade educacional vá se reduzindo, tanto as medidas de desigualdade inter-grupo educacional reduza, como também a desigualdade intra-grupo educacional. Esta última seria possível pela modificação de forças no mercado de trabalho, que mais qualificado e educado daria maior peso para as diferenças educacionais que para outros aspectos, determinantes do rendimento.

Através dos índices analisados percebe-se que a média de queda da desigualdade salarial na região Nordeste é menor que os valores apresentados para a região Sudeste, e conseqüentemente menores que a média brasileira.

A partir dessas informações pode-se concluir que a queda da desigualdade social por gênero foi acompanhada por uma queda da diferenciação salarial. Além disso, durante todo o período analisado houve queda da desigualdade para homens e mulheres. A mulher, atualmente, apresenta grande participação no mercado de trabalho, competindo com cargos que, até então, eram destinados somente para os homens.

Para completar, percebe-se na região Sudeste, uma maior distribuição da renda entre os indivíduos e também melhor distribuição da educação. Este fato reforça a idéia de que quanto maior for o acesso a educação, tanto para homens e mulheres, melhor será a distribuição da renda entre os indivíduos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane . **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007, 26p. (Texto para discussão; 1.256). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1256.pdf>. Acesso em 16 de março de 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995, 62p. (Texto para discussão; 377). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_377.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2007.

FALÚ, ANA. Avanços e desafios. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares (orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil**; Brasília: Unifem, 2006, p. 7-11.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.) **Desigualdade e pobreza no Brasil**, Brasília: IPEA, 2000, p.1-18.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda** : medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998. 275p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório do IBGE**. [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de setembro de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2007, 78p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2008

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)/ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida**. 1998. Disponível em: <www.undp.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias%20-%20IDH-M%20e%20ICV.pdf>. Acesso em 19 de março de 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. (Nota Técnica). Brasília: IPEA, 2006, 61p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas9.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2008

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973 p.

MATOS, Jéferson Daniel de. **Distribuição de renda: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED**. Porto Alegre: FEE, 2005, 57p. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_62.pdf>. Acesso em 10 de março de 2008.

PITANGUY, Jaqueline; BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares (orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil**; Brasília: Unifem, 2006, p. 11-14.

PRATES, Fernando Martins; WAYJNMAN, Simone. **Desigualdade de renda e pobreza em Minas Gerais**. 1996, 175. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RAMOS, Lauro. Desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil no período pós-real. In: IPEA. **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 30**. Brasília: IPEA, 2006, p.21-28. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt_30o.pdf>. Acesso em 20 de março de 2008.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos de 1990: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: HENRIQUES R. (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.179-176.

ROCHA, Sônia. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova economia, Belo Horizonte, 2006, v. 16, n. 2, p.35. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de março de 2008.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: IPEA, 2006, 31p. (Texto para discussão; 1.166). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1166.pdf>. Acesso em 13 de março de 2008.